

Acontecimento e Media

CALEIDOSCÓPIO

O CRIME E O TRABALHO DE INDIVIDUAÇÃO DO ACONTECIMENTO NO ESPAÇO MIDIÁTICO*

Entre os dias 13 e 17 de Outubro de 2008, a mídia brasileira cobriu intensivamente um acontecimento policial: em Santo André, na Grande São Paulo, um jovem de 22 anos mantém a ex-namorada, de 15 anos, como refém em um apartamento, sob a ameaça de um revólver. O motivo fôra o rompimento do namoro por parte da moça. A polícia, notificada, cerca o imóvel e dá início às negociações; algumas horas depois, também a imprensa se faz presente, além de uma multidão de curiosos. O caso se prolonga, com um desfecho sempre adiado, recebendo cobertura midiática em tempo integral. No quinto dia a polícia força a invasão do apartamento, o rapaz atira e mata a ex-namorada, ferindo também uma segunda refém, sendo preso em seguida. O acontecimento fez parte das conversações cotidianas ao longo de toda a semana e as cenas foram assistidas seguidamente pelo Brasil afora.

O que seria apenas mais uma tragédia cotidiana na grande cidade ganha uma notoriedade e repercussão que ultrapassam sua importância objetiva no cenário público. O crime, em princípio, seria de ordem privada e desprovido de qualquer elemento de novidade ou surpresa. Infelizmente, o quadro de violência urbana vivido nas metrópoles brasileiras abriga corriqueiramente diferentes formas de ameaça e atentado à vida, o que banaliza a

Vera V. França
 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),
 Brasil
 Pesquisadora do CNPq

* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no VI Congresso SOPCOM, Lisboa, Universidade Lusófona, 14-18 de Abril de 2009.

VERA V. FRANÇA

violência e a morte. O que explicaria, então, a cobertura de 24 horas dada a esse acontecimento e sua inserção na pauta de conversação de pessoas dos diferentes cantos do Brasil?

Como já bastante ressaltado nas discussões sobre a imprensa sensacionalista e o *fait divers*¹, o interesse por fatos que rompem o cotidiano e trazem o inesperado, a atração por aquilo que provoca sensações fortes – entre elas o medo, a curiosidade, a piedade – alimentam a relação imprensa / público desde os seus primórdios. A construção de uma excepcionalidade e a interpelação emotiva seriam seus ingredientes básicos.

O caso Lindenberg e Eloá (nome dos protagonistas – do sequestrador e da vítima, do namorado inconformado e da ex-namorada que não se deixou subjugar) poderia ser enquadrado na categoria *fait divers* e este um caminho possível para explicar a repercussão do fato, bem como um interessante referencial de análise. A cobertura da imprensa foi pródiga no apelo às emoções e o caso, se não se classifica como imprevisto ou surpreendente, adquire no entanto uma certa particularidade se olhado a partir da categoria barthesiana da “repetição”²: existe um tipo de situação, explica o autor, em que a força de um acontecimento não é dada pelo seu caráter inusitado, mas exatamente por que se repete, não como cópia, mas como diferença. Nesse caso, tal acontecimento que se repete exemplifica outros e ganha força por sua inscrição numa serialidade, ao mesmo tempo em que a ultrapassa, por ter alcançado uma distinção. No acontecimento Lindenberg / Eloá, que se parece a tantos outros crimes passionais que vêm ocorrendo no Brasil, a possibilidade da cobertura ao vivo, do acompanhamento e da dúvida sobre o seu desfecho trouxeram o componente necessário de interesse e de diferença.

Este caminho de leitura acentua a natureza fortuita do *fait divers*, tratando o fato na sua individualidade, de forma a subtraí-lo da história e de seu contexto. Por este viés analítico, a repetição não se daria dentro de uma lógica histórica, mas pela “coincidência”, por uma facticidade que se impõe por si mesma, independentemente de seu contexto ou das circunstâncias que a cercam. Nada indicaria no caráter de Lindenberg o surgimento de um assassino; sua trajetória, seu temperamento não apontam e não justificam o que vai se suceder. Tampouco a menina Eloá, ao interromper um namoro que iniciara com 12 anos e reunida com colegas numa tarde de segunda-feira para fazer trabalhos escolares, tinha qualquer característica de personagem de uma história trágica de amor. A tragédia irrompe em suas vidas, de forma inesperada naquele lugar, embora semelhante a tantas outras. O fato encerra-se em si mesmo; a análise resalta seus elementos internos e sua estrutura, mas não indaga sobre sua origem e seus desdobramentos. Ao explicar o destaque do acontecimento pela inserção num esquema geral de “coisas e situações que despertam interesse”, tal perspectiva não atenta para a situação e para o quadro de sentidos nos quais ele se insere. A estrutura do *fait divers* o descontextualiza – e a nós

¹ Veja-se Barthes, 2002; Angrimani, 1994; Ramos, 2001, entre outros.

² Na tipologia estabelecida por Barthes, o *fait divers*, quanto à sua natureza, se divide em duas categorias: a “causalidade” e a “coincidência”, cada uma delas, por sua vez, abrangendo uma subdivisão. O *fait divers* de “causalidade” se manifesta seja como “causa perturbada”, seja como “causa esperada”. O *fait divers* de “coincidência” pode se dar pela “repetição” ou pela “antítese” (Barthes, 2002; Ramos, 2001).

O CRIME E O TRABALHO DE INDIVIDUAÇÃO...

interessa exatamente uma vertente analítica capaz de descortinar, no acontecimento, o cenário que o torna possível e também aquele (novo) que ele é capaz de iluminar³.

O acontecimento Lindenberg–Eloá, para além de sua aparente banalidade (um crime entre outros, uma cobertura sensacionalista e um processo de manipulação de audiência entre outros), nos diz de um momento histórico e de um dado contexto sócio-cultural. Reveste-se, assim, de grande potencial explicativo e vem inscrito em várias camadas de sentido.

Primeiramente, o acontecimento faz parte de uma série repetitiva de assassinatos de mulheres por companheiros ou ex-companheiros, em razão de rompimento da relação, e quase sempre entre jovens casais. Este é um cenário que não pode ser menosprezado mas, ao contrário, exige atenção e preocupação; ele é sintomático das relações e papéis de gênero e não pode receber explicações imediatas. O caso, portanto, suscita e merece uma cuidadosa análise sociológica. Por outro lado, a maneira como o caso se transforma em acontecimento midiático – a cobertura direta e intensiva do cenário e do andamento das negociações; a intervenção de diferentes especialistas “interpretando” o andamento dos fatos, o comportamento do sequestrador e a atuação da polícia; o contato telefônico ao vivo entre apresentadores de programa e o sequestrador – não pode ser simplesmente subsumida pela fórmula “*fait divers*”, ou explicada enquanto “processo de mediação”. Resumir e criticar em bloco o modelo de atuação da mídia em nada ajuda a sua compreensão. É preciso, assim, acompanhando uma análise sociológica do significado do fenômeno, uma cuidadosa abordagem comunicacional, buscando identificar os diferentes componentes do fato, as características e possíveis distinções que vêm singularizá-lo, não com vista ao seu isolamento, mas buscando compreender em que e por que ele se torna paroxístico de uma situação.

O alto custo de uma separação

As estatísticas são assustadoras: as mulheres vêm sendo assassinadas por seus ex-maridos e companheiros numa frequência que ultrapassa crimes episódicos e adquire uma dimensão de problema público. Segundo dados da OSM (Organização Mundial da Saúde), 50% das mulheres assassinadas no mundo, o foram por seu ex-companheiros. Em Portugal, a UMAR – *União de Mulheres Alternativa e Resposta* – denuncia: “até 18 de Novembro de 2008 [no ano de 2008], morreram 43 mulheres, vítimas da violência de gênero nas relações de intimidade, às mãos de maridos, companheiros, namorados, ex-maridos, ex-companheiros e ex-namorados.”⁴ A estes números se somam mais 64 mulheres, vítimas de tentativas de homicídios e violência continuada. E mais: de 2004 a 2008, o total de mulheres assassinadas em Portugal atingiu 182 casos e

³ Conforme L. Quéré, “o acontecimento é um fenômeno de ordem hermenêutica: por um lado, ele pede para ser compreendido, e não apenas explicado, por causas; por outro, ele faz compreender as coisas – tem, portanto, um poder de revelação” (Quéré, 2005: 60). Também Babo-Lança (2005) desenvolve uma discussão sobre o potencial hermenêutico do acontecimento.

⁴ Citado em: <http://www.umarfeminismos.org/observatorioviol/estatisticas2008.html>

VERA V. FRANÇA

o índice anual de homicídios neste período não decresceu.⁵ No Brasil as estatísticas ainda não são feitas sistematicamente, mas a Delegacia de Mulheres em Belo Horizonte, Minas Gerais, dá conta de um assassinato de mulher por semana nesta capital.

Num levantamento necessariamente incompleto de crimes passionais notificados pela imprensa em 2008, feito pela Internet⁶, acessamos cerca de 50 casos, que nos possibilitaram algumas constatações. Citando algumas manchetes, podemos constatar, inicialmente, a amplitude geográfica do fenômeno, que não se resume a alguma cidade ou região específica do país: *Bombeiros encontram corpo de jovem morta por ex-namorado em Araraquara (SP); Ex-namorada mata jovem e fere pais no Rio de Janeiro; Jovem mata ex-namorada em Laguna, SC; Mulher é assassinada pelo ex-companheiro em delegacia de Ipatinga, MG; Homem mata a ex-namorada em Jaraguá do Sul; Jovem mantém ex-namorada refém em Salvador; Vigilante mata a ex-namorada em Volta Redonda*, e assim por diante⁷.

A grande maioria dos crimes acontece através de arma de fogo: *"Por volta do meio-dia dessa segunda-feira, Jilmar deu tiro na cabeça da ex-namorada e, em seguida, disparou contra a própria cabeça"; "Ivone Sabrina Marcílio, 19 anos, foi atingida por disparos de arma de fogo – cabeça, baço, pulso direito e ombro esquerdo – e morreu no local".* Alguns por faca: *"Marenilson Pestana dos Santos, 28 anos, confessou ter matado a facadas a ex-namorada Josélia dos Santos Nascimento, 22 anos, estudante universitária de pedagogia".*

Os crimes noticiados aconteceram em vários horários, geralmente durante o dia ou início da noite, em locais variados – em casa, na rua e com frequência nos locais de trabalho: *"Uma jovem de 23 anos foi morta a tiro dentro de uma academia, na Vila Romana, Zona oeste de São Paulo, na noite desta quarta-feira. Ela trabalhava com recepcionista"; "A adolescente Nathália Leite de Jesus Pereira, de 14 anos, foi morta supostamente pelo ex-namorado dentro de uma pet shop no Jardim Romano, no Itaim Paulista, na zona leste da capital, na tarde de sexta-feira".*

Um elemento que chama a atenção, nestes homicídios, diz respeito à idade das vítimas e dos assassinos: assim como no crime Lindenberg – Eloá, trata-se sobretudo de jovens e, em muitos casos noticiados, de adolescentes. Predomina, no caso das vítimas, a faixa de idade entre 14 e 22 anos. Uma adolescente estrangulada no banheiro de um motel tinha 17 anos; a jovem morta no pet shop tinha 14, a mesma idade de outra que foi esfaqueada em Piquete, interior de São Paulo. Camila, de 16 anos, foi morta com um tiro na cabeça dentro de sua casa e Evelin, que foi mantida como refém na farmácia onde trabalhava, tinha 18 anos.

Os autores dos crimes relatados têm idades mais variáveis; um grande número tem entre 20 e 30 anos⁸, mas alguns estão na faixa de 40 e até 50 anos: um agricultor de 59 matou sua

⁵ Em 2004, foram 42 casos; 36 em 2005, 37 em 2006, 24 em 2007, 43 até Novembro de 2008 (cf. pesquisa citada do Observatório de Mulheres Assassinadas, op.cit.).

⁶ Pesquisa feita no mês de Fevereiro de 2009, percorrendo diversos sites jornalísticos.

⁷ Há que se observar que a maior parte das cidades citadas se situam na região Centro-Sul do país, o que se deve, acreditamos, muito mais à concentração da cobertura que ao fenômeno em si.

⁸ Ou até menos: o agressor da adolescente de 14 anos, esfaqueada em Piquete, foi o ex-namorado também adolescente, de 16 anos.

O CRIME E O TRABALHO DE INDIVIDUAÇÃO...

ex-namorada de 22; um homem de 44 anos incendeia a casa de sua ex, de 39; um vendedor de 35 anos mata uma estudante de 16, são alguns exemplos entre outros⁹.

Neste levantamento que fizemos pela Internet, chama atenção um outro dado, pouco explorado pelas reportagens e pelas análises: os crimes, em sua grande maioria, foram seguidos de suicídio ou tentativa de suicídio por parte dos criminosos. E cabe ressaltar, nas matérias jornalísticas, a repetição exaustiva de uma frase: "Inconformado com o fim do relacionamento...". O adjetivo "inconformado" e o verbo (na forma negativa) "não se conformar" se tornam quase o distintivo deste tipo de crime, ou de sua narrativa.

Tal cenário enquadra o caso Lindenberg–Eloá, mostrando que não se trata de um crime isolado, mas, ao contrário, inscrito numa serialidade assustadora. E o exemplo de Portugal pode indicar um fenômeno social de dimensões mais amplas. No entanto, este aspecto de gênero praticamente não foi ressaltado na cobertura midiática, centrada, como veremos adiante, nos aspectos específicos da situação e das pessoas envolvidas. Em crimes seguintes ressaltava-se a semelhança com o acontecimento de Santo André¹⁰, sem explorar, contudo, o significado de que poderiam se revestir.

Algumas vozes críticas de mulheres se fizeram ouvir, denunciando o machismo, a relação de desigualdade e dominação a que são submetidas as mulheres, a omissão e complacência da imprensa. Conforme Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, "*Eloá morreu previsivelmente por estar recusando uma relação de poder e dominação. Eloá morreu por ser mulher e por ser vítima de uma relação de desigualdade, baseada numa cultura machista e patriarcal*"¹¹. Para Luiza Nagib Eluf, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, "*na conduta do criminoso apaixonado encontra-se embutida uma causa exógena, ou seja, uma pressão social para que ele não aceite a autodeterminação da mulher. Além do fato em si de ter sido desprezado, o apaixonado preocupa-se em mostrar aos amigos e familiares que ainda continua no comando de sua relação amorosa e castigou com rigor aquela que ousou desafiá-lo*"¹². E Cynthia Vianna denuncia: "*no caso de Santo André, tanto as autoridades quanto os meios de comunicação agiram de forma a desculpar o criminoso, minimizando suas ações e tratando-o como um jovem trabalhador em crise amorosa. (.....) Por que a empatia da mídia foi para o homem e não para as vítimas mulheres?*"¹³

⁹ A pesquisa apresentada pela UMAR destaca o mesmo aspecto também em Portugal. No que se refere à idade das vítimas, o maior número se concentra nas idades entre os 24 e os 35 anos. A idade dos agressores se concentra na faixa entre os 36 e os 50 anos. "Este factor é preocupante, porque, se tivermos em conta os dados dos anos anteriores, registamos que as vítimas são cada vez mais jovens, o mesmo se passando com os agressores", ressalta a pesquisa.

¹⁰ Em matéria da Agência Estado, "Jovem mata ex-namorada em Sorocaba-SP", de 20 de Outubro de 2008, em que Camila, de 16 anos, foi morta com um tiro na cabeça pelo ex-namorado, de 22 anos, foi explicitada a ligação com o caso anterior: "Segundo o delegado que investiga o homicídio, Luiz Antonio Lara, o caso tem algumas semelhanças com o de Santo André, em que Lindemberg Alvez não aceitou o término do namoro e acabou matando a namorada Eloá Pimentel, de 15 anos, depois de mais de 100 horas como refém."

¹¹ Publicado no jornal *Correio Braziliense (DF)*, em 03/11/2008.

¹² Publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 24/10/2008.

¹³ Publicado no *Observatório da Imprensa (SP)*, em 28/10/2008.

VERA V. FRANÇA

As intervenções críticas remontam a antecedentes deste crime e lembram outros assassinatos de mulheres no Brasil, de grande repercussão midiática no passado, principalmente porque ligados a classes abastadas da sociedade. Nos anos 70, alguns casos – como de Jô Souza Lima e o de Ângela Diniz – ganharam notoriedade, tanto pelas personagens envolvidas como pelo desfecho alcançado.

Jô Souza Lima foi morta por seu ex-marido, o empreiteiro Roberto Lobato, em Belo Horizonte, em julho de 1971. O casal pertencia à elite política e econômica da capital; Jô era a moça rica, bonita e bem casada que opta pela separação e por um novo relacionamento. No julgamento, de grande repercussão, Roberto foi inocentado, com a tese de legítima defesa da honra.

Ângela Diniz, também de Belo Horizonte, famosa por sua beleza e por propaladas “loucuras”, sempre presente nas colunas sociais dos jornais, deixou o marido e três filhos e viveu vertiginosamente até seus 32 anos, “entre festas, drogas, amantes”, destacaram os jornais da época. Em Dezembro de 1976 foi morta por ciúme, por um novo amante com quem vivia há três meses. Em seu primeiro julgamento, em 1979, o assassino, Doca Street, também foi defendido pela tese de “legítima defesa da honra” e recebeu uma pena branda. Em seu primeiro julgamento sai como herói¹⁴, vítima da mulher que o conduzira ao desespero e ao crime.

Outros crimes “em nome da honra” se seguem no seio da classe média-alta em Belo Horizonte. O movimento feminista entra em cena, denunciando a impunidade. Doca Street vai a novo julgamento, em 1981, desta vez com grande mobilização popular, e recebe uma condenação maior (que na verdade nunca chegou a cumprir). O movimento feminista cria o lema: “quem ama não mata”. E se os crimes não cessaram completamente, houve uma certa retração e, sobretudo, um recuo da tese de “legítima defesa da honra”.

A inexistência de estatísticas precisas não nos permite traçar um quadro definido dos índices dos crimes passionais nos últimos 30 anos no Brasil. Uma leitura da repercussão midiática desses crimes nos aponta um período de grande incidência nos anos 70 e início dos anos 80, uma diminuição nos anos 90 e início de 2000 e um novo recrudescimento nos últimos anos (ou talvez no último ano). Tratar-se-ia do mesmo machismo, conforme denunciado nos anos 80, e lembrado em artigos e intervenções recentes, como as citadas acima?

Não é nosso propósito, nos limites deste artigo e com os dados de que dispomos, aprofundar esta análise e responder a esta questão, mas indicar a sua pertinência e mesmo premência em tal contexto. Se de 80 para cá houve um claro avanço não apenas no combate ao machismo, mas sobretudo nos posicionamentos da mulher na sociedade, o que significa (mais do que o que explica) o recrudescimento destes crimes nos últimos anos? É equivocado falar apenas de uma re-edição; trata-se de um outro contexto normativo, em que a tese da legítima defesa da honra caducou, em que a liberdade da mulher de escolher seus parceiros não pode ser mais contestada publicamente, entre outros aspectos. Que valores e que normas estão valendo e estão em causa neste novo momento?

¹⁴ Em seu julgamento, “do lado de fora do tribunal, em Cabo Frio, homens e mulheres gritavam seu apoio ao exemplar de macho brasileiro que havia vingado não apenas os brios masculinos, mas algo muito mais caro: a moral e os bons costumes da classe média, abalada com a liberação sexual em curso. No lado de dentro, em vez de vítima, Ângela Diniz era “a mulher fatal”, “que encanta, seduz e domina”, “que leva o homem a se desesperar”, “à prática de atos em que age contra a própria natureza”. In: Eliane Brum. Revista *Época*, edição nº4333. São Paulo, 01/09/2006.

O CRIME E O TRABALHO DE INDIVIDUAÇÃO...

Além disso, vários outros elementos diferem: não está em causa a constituição ou a preservação da família e o ex-companheiro que vai se vingar não representa, como Roberto Lobato nos anos 70, o papel de chefe de família provedor (os novos agressores têm um lugar muito menos forte a defender). A maior parte dos crimes noticiados incide sobre relações de namoro (relações ainda não estáveis) e sobre uma população muito jovem. E o crime seguido de tentativa de suicídio complexifica a tese (avançada pela Procuradora de Justiça, Luiza Eluf, e bastante compartilhada) de que o macho precisa mostrar aos outros que continua no comando da relação; se permanece o recurso à violência, a tentativa de suicídio parece indicar mais uma fragilidade e confusão de papéis que uma posição de supremacia desse homem agressor. Os assassinos de 30 anos atrás saíram quase como heróis; os de hoje, se sobrevivem ao crime, estão longe de receber o mesmo tratamento.

Estes são aspectos que se vêem mal-tratados pela explicação genérica, que necessitariam ser debatidos e tal debate não foi aberto pela sociedade, nem pela cobertura midiática. Assim como foi pouco discutido, a partir do caso Eloá, um outro aspecto que diz respeito ao início das relações afetivo-sexuais por parte das mulheres. Eloá tinha 12 anos quando começou seu namoro com Lindenberg, então com 19. Ela e as outras vítimas de 14, 16, 17 anos viviam que tipo de relação, com que acompanhamento familiar e dentro de qual estrutura de vida? São enquadramentos importantes suscitados por este tipo de crime.

A cobertura midiática

A cobertura do acontecimento foi ampla, intensa e diversificada. Nosso trabalho de análise está ainda em curso¹⁵ e, naturalmente, dada a quantidade e pluralidade do material produzido, não pretendemos apresentar aqui uma leitura definitiva, mas destacar alguns aspectos e explorar questões que concercem à individuação dos acontecimentos e construção do acontecimento midiático.

Numa primeira aproximação de nosso objeto de estudo, destaca-se a natureza descritiva e imediatista da cobertura promovida pela mídia, acompanhando e relatando detalhadamente os vários lances do sequestro e cerco policial do local. O prédio onde se localizava o apartamento foi interditado, suas imediações (entrada, escada, apartamentos vizinhos) ocupadas pela polícia e vigiadas pelas câmeras. Repórteres de várias emissoras e jornais acompanhavam 24 horas por dia, na expectativa do desfecho. Enquanto este não vinha, observava-se a movimentação da polícia, a janela do apartamento, com aparições esporádicas do sequestrador e das vítimas¹⁶, a

¹⁵ Este estudo faz parte de projeto de pesquisa intitulado *Narrativas do cotidiano III: a interface televisiva e os sujeitos ordinários* e é desenvolvido junto do GRIS/UFMG (Grupo de Pesquisa em Imagens e Sociabilidade – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil). Fazem parte do grupo de pesquisa, e participam da realização deste estudo Fabrício Silveira, Ana Flávia, Cecília Lana, Cynara Bastos (bolsistas CNPq).

¹⁶ No início do sequestro, quando Lindenberg irrompe no apartamento da ex-namorada numa segunda-feira à tarde, ela se encontrava com um grupo de colegas e todos são feitos reféns. Os colegas (dois rapazes e uma moça) são depois liberados, ficando apenas Eloá. No dia seguinte, a amiga de Eloá, que havia sido liberada, numa operação controvertida e criticada, retorna à porta do apartamento para tentar uma negociação e é de novo feita refém. Ela fica lá até o final e, no momento do desfecho, quando a polícia entra no apartamento, ela também é baleada por Lindenberg, mas sobrevive

VERA V. FRANÇA

chegada e tentativa de intervenção de familiares e pessoas amigas dos protagonistas da trama. Predominou, assim, uma leitura do imediato, colada aos fatos e ao seu desenrolar.

Mas os dias se passaram e as horas e horas de coberturas diversas foram se preenchendo com comentários, busca de informação, tentativas de explicação, criação de fatos agregados. Tratando-se, seguidamente, de um acontecimento que produzia poucos fatos (as mais de 100 horas de negociação foram de grande monotonia), a mídia buscou e achou do que falar. Num grau muito grande de redundância, os aspectos pessoais foram privilegiados. Rapidamente buscou-se conhecer e apresentar a figura do sequestrador. Mais do que uma história de vida, amigos e conhecidos foram acionados para dizer do perfil e comportamento de Lindenberg. Nada que chamasse muito a atenção, a não ser uma frase dita pelo rapaz a seus amigos, no domingo que antecedeu o ato: “amanhã vocês vão ouvir falar de mim na televisão”.

Quanto a Eloá, a exposição constante de uma foto em que aparece sorridente fixa a imagem de uma jovem alegre e descontraída, com o futuro todo pela frente. Ao longo da semana as investigações vão revelar que seu pai (que não dava entrevistas e procurava esconder o rosto) era um assassino profissional e foragido da justiça. No mais, apenas os apelos da família, o sofrimento das mães, os amigos e parentes que vêm pedir a Lindenberg que volte a ser razoável.

Como o caso se prolonga, especialistas são convocados para fazer diagnósticos e análises. Psicólogos vêm falar sobre o comportamento do criminoso passional; juristas vêm falar sobre a legislação de sequestro, as penas previstas, os furos da lei; estrategistas vêm avaliar o comportamento da polícia, indicar erros e sugerir ações. Todos procuram, de alguma forma, explicar o que está acontecendo; falas e orientações se cruzam, se repetem, se contradizem.

A mídia, no entanto, preocupada pela ausência de fatos, não se contentou em esperar e noticiar, mas buscou intervir de várias maneiras. Num comportamento inusitado, extrapolando suas funções tradicionais e exercendo uma clara ingerência na condução dos fatos, repórteres de algumas emissoras de televisão telefonavam diretamente para o sequestrador; uma apresentadora, inclusive, ficou mais de uma hora no ar, numa entrevista direta com Lindenberg. Do apartamento, sequestrador e vítimas assistiam, ao que tudo indica continuamente, aos noticiários televisivos – numa cobertura que misturava informações e avaliações sobre o andamento das negociações e o comportamento da polícia, com falas endereçadas ao próprio sequestrador. Sabendo-se assistidos, apresentadores de programas televisivos dirigiam-se a Lindenberg, apelando para seu bom senso, sua clemência, num pretense reforço do trabalho de negociação empreendido pela polícia. O sequestrador, ao atender o telefone, perguntava se estava sendo transmitido e falava na e para a televisão, quer dizer, para uma audiência que sabia extensa.

O conjunto da cobertura midiática, alimentando e sendo alimentada pelo interesse e pelas manifestações do público, construiu o que podemos chamar, acompanhando Quéré (1995, 2000), a individualização deste acontecimento. Um acontecimento não tem uma natureza intrínseca que o particularize, uma essência própria que estabeleça, de dentro para fora, sua identidade: esta vem (é dada) das práticas que o configuram e dos discursos que o nomeiam. Ele é individualizado quando se determina aquilo que o especifica, quando ganha uma significação – e aí, sim, uma identidade – como acontecimento particular.

O CRIME E O TRABALHO DE INDIVIDUAÇÃO...

Este processo de individuação, ressalta Quéré, se articula duplamente com sua publicização e sua recepção pública. A individuação passa pela sua colocação em cena sob uma determinada descrição, seu acesso à visibilidade:

Publicização e individuação do acontecimento se pertencem mutuamente. Dito de outra maneira, a encenação, a atribuição de sentido e a formatação (*mise en scène, mise en sens et mise en forme*) do acontecimento estão estreitamente imbricadas no trabalho daqueles que anunciam e contam o acontecimento (QUÉRÉ, 1995: 5).

O relato de um acontecimento implica formatá-lo de alguma maneira, lhe conferir um sentido e fazê-lo reconhecível; implica, portanto, atribuir-lhe uma certa identidade.

Da mesma maneira, a recepção pública de um acontecimento não compreende apenas um simples acolhimento daquilo que se passou e foi relatado, nem se resume à manifestação pública de atitudes, reações, opiniões, mas consiste num processo coletivo de individuação e de socialização do acontecimento. A recepção compreende o diálogo a partir de certas estruturas de sentido e inteligibilidade, um diálogo no qual tais estruturas vão sendo construídas. E esta recepção não se limita ao momento da escuta, mas está em marcha desde o anúncio do acontecimento: o trabalho da mídia faz parte dela.

Uma individuação (de um acontecimento, uma pessoa, uma coisa) não acontece, não é dada imediatamente: constitui um processo, passa por um percurso e pode ser decomposta em fases e elementos. Combinando e sintetizando aspectos apontados por Quéré, podemos identificar as seguintes etapas na constituição do processo de individuação:

- a) uma descrição, que promove uma categorização do acontecimento: ele é nomeado, filiado a um gênero (pertencimento a tal categoria de acontecimentos), e inscrito em determinado(s) quadro(s) de sentido;
- b) a narrativização (*mise en intrigue*), que é a articulação de seus vários momentos, a estruturação de sua temporalidade. Geralmente a construção da narrativa é feita após tudo terminado, quando já se conhece o desfecho e em função de seu final. Mas a mídia (e a cultura) dispõe(m) de esquemas narrativos prontos e um conjunto de ocorrências ainda em curso podem ser enquadradas e lidas a partir da escolha de um determinado modelo de adequação temporal – a abertura a um passado (campo da experiência), a projeção de um futuro (horizonte de expectativas);
- c) um pano de fundo pragmático, ou seja, a composição do acontecimento com práticas e ações que lhe seriam adequadas. A construção simbólica de um acontecimento, o trabalho de revestimento de sentido que estabelece sua identidade não lhe conferem uma natureza abstrata (o acontecimento não é apenas da ordem dos sentidos), mas articula e anima ações e reações próprias, convoca maneiras habituais de se comportar. As maneiras como percebemos e nos comportamos face a uma situação ou acontecimento se incorporam na individuação deste acontecimento. E este pano de fundo pragmático é alimentado por um conhecimento advindo do senso comum, das estruturas normativas de uma cultura;

VERA V. FRANÇA

- d) a caracterização como um problema público, ou seja, alguns acontecimentos são revistos sob um registro específico, que lhes atribui um alcance societal. Tratados assim, tais acontecimentos, mais do que apenas dotados de interesse para o público, adquirem uma natureza de interesse público, pois que reveladores de uma situação problemática;
- e) por último, sua normalização, que é a redução de sua contingência e indeterminação, através de sua inscrição num contexto causal e social, tornando manifesto seu caráter típico. Conforme Babo-Lança (2008), “os actores sociais, de modo a evitarem a ruptura da normalidade social, inscrevem habitualmente aquilo que ocorreu, e que teria podido não ocorrer e não era previsível, numa textura causal, tornando o acontecimento, senão previsível, pelo menos provável.” A individuação do acontecimento, a aquisição de uma identidade é também um processo de inscrevê-lo naquilo que é habitual, do qual se sabe falar e com o qual se sabe lidar. Trata-se da redução do estranhamento e de seu entranhamento na estrutura do vivido (campo da experiência).

Ainda conforme Quéré, a individuação do acontecimento promove um duplo movimento, em que o acontecimento adquire sua individualidade e sua significação: “de um lado ele é alçado à generalidade (filiação a um gênero, um tipo ou modelo), de outro é trazido do geral ao singular (especificação dentro do gênero)” (Quéré, op. cit.: 101).

O acontecimento Lindenberg-Eloá, como indicamos na discussão inicial, pertence e se articula a uma série de assassinatos de mulheres por ex-namorados e ex-companheiros, “inconformados com o fim do relacionamento”. Inúmeros outros casos vêm ocorrendo e recebem uma inscrição relativamente ligeira na mídia. Como e através de que mecanismos se deu a individuação deste acontecimento?

a) Seguindo os elementos que o compõem, de acordo com Quéré, e a matriz de individuação de um acontecimento, deparamo-nos inicialmente com a questão da descrição do acontecimento e da escolha dos quadros de sentido. Como ele foi descrito e que quadros de sentido foram acionados para emoldurá-lo?

Retomemos brevemente os conceitos de enquadramento e quadros de sentido, conforme apresentados por Bateson (1988) e Goffman (1991). Os quadros de sentido (*frames*) identificam, organizam e dão inteligibilidade às interações vividas; eles situam uma ocorrência vivida dentro de um dado contexto normativo, permitindo aos atores identificar a situação, adequar suas expectativas e orientar sua ação. Os enquadramentos (o acionamento dos quadros de sentido) nos auxiliam a viver as ações do dia a dia, a interagir, mas também a lidar com fatos externos, a construir e encaixar novas ocorrências dentro de um certo padrão de inteligibilidade. A significação de um acontecimento se dá e se constrói situando-o dentro de um quadro de referências e de valores já estabelecidos, ligando-o a certas questões e sentidos, organizando-o conforme certos princípios.

Estes quadros de sentido, estes princípios de inteligibilidade são claramente sociais e históricos; exatamente porque organizam a vida social e as interações dentro de um dado grupo e

O CRIME E O TRABALHO DE INDIVIDUAÇÃO...

uma dada sociedade, eles não são (não podem ser) individuais, mas compartilhados coletivamente. Eles são múltiplos (mas não infinitos), e são usados tanto nas conversações cotidianas quanto nas coberturas midiáticas.¹⁷ A escolha de um deles (ou alguns) depende não apenas da situação específica (da ocorrência que aciona o quadro), mas do contexto social mais amplo e do conjunto de valores que permeiam e se mostram dominantes num determinado momento de uma dada sociedade.

Esta rápida revisão do conceito nos permite ver, então, quão decisiva é a escolha dos quadros de sentido na apresentação de um acontecimento: são eles que vão orientar sua descrição e realçar seus aspectos dominantes, as características das quais se reveste.

Como é bem evidente, a categorização imediata dada pela mídia ao caso foi sequestro, eminência de um crime passional. Mas, como antecipamos na primeira parte de nossa reflexão, os enquadramentos dados pela mídia a este acontecimento (assim como a outros crimes passionais), não se referiam explicitamente à relação e papéis de gênero, aos valores e normas que estão sendo defendidos e/ou infringidos nestes casos, à especificidade da violência de gênero. Que enquadramentos foram então dados?

Para compreender melhor o panorama traçado pela mídia, precisamos nos reportar a outros acontecimentos recentes no cenário brasileiro, que provocaram grande comoção popular. Foram outros crimes, com natureza distinta. De uma lista já extensa, destacamos dois como exemplo. Um deles foi a morte do menino João Hélio, de 6 anos, no Rio de Janeiro, em 2007, em condições muito cruéis¹⁸. Um segundo crime, marcado por igual ou maior crueldade, foi a morte da menina Isabella Nardoni, de 5 anos, jogada pela janela do apartamento de seu pai, no sexto andar de um prédio (aparentemente pelo próprio pai e pela madrasta).

Esses crimes, embora não ao vivo, foram tratados intensivamente pela mídia e acompanhados por grande parte da população brasileira ao longo de vários dias. O enquadramento dado foi a violência cotidiana, a crueldade, a fragilidade a que, no final de contas, estamos todos sujeitos.

O caso Lindenberg-Eloá recebeu, como ressaltamos acima, uma intensa cobertura descritiva; colada no local das ocorrências, a mídia – e seus públicos – aguardavam o desfecho: a morte cruel de mais uma vítima. O enquadramento dado privilegiava claramente, por um lado, o sofrimento dos familiares, bem como dos protagonistas. Imaginava-se e recriava-se o desespero de Eloá – vista por vezes na janela, a fazer gestos; mas também o desespero de Lindenberg, vivendo uma situação sem saída. Por outro lado, o enquadramento também evidenciava um quadro de impotência – dos personagens, das instituições que deveriam restaurar a ordem.

b) A estrutura da narrativa já vem dada pelo enquadramento, pelos casos anteriores: pessoas normais, jovens com um futuro pela frente, são assolados por uma violência que não tem

¹⁷ Sem avançar aqui nesta discussão, entendemos que não há uma separação e uma fronteira nítida entre quadros de sentido utilizados pela mídia e nas conversas cotidianas dos cidadãos; uns e outros compõem a mesma sociedade, e são estas conversações (na mídia, na rua) que sedimentam e atualizam os quadros de sentido de uma sociedade.

¹⁸ O carro em que estava, com sua mãe, foi assaltado. Na tentativa de sua mãe de libertá-lo, João Hélio, preso ao cinto de segurança, foi jogado fora do carro e arrastado por mais de sete quilômetros.

VERA V. FRANÇA

origem, que não tem controle e encontram a morte. Eloá é morta, Lindenberg, que poderia ter sido morto no enfrentamento com a polícia, ou se suicidado, é preso – e a prisão, ao lado de réus de outros crimes hediondos (entre eles, o pai de Isabella Nardoni), marca uma outra forma de morte e de apagamento. Trata-se de uma narrativa curta, seca; ela começa com o próprio acontecimento, não inclui muitos personagens e a ação que move a intriga é apenas o crime. A estrutura é maniqueísta; se resume ao agressor e à vítima, e assim como não busca antecedentes também não apresenta desdobramentos.

c) A individuação deste acontecimento, a maneira como ele foi categorizado e revestido de sentido, orienta e estimula as ações e intervenções das pessoas dentro e em torno do caso. A reação e a postura do público é de comoção e indignação, portando-se como a audiência tensa de uma representação ao vivo da violência que já povoa seu (nosso) imaginário. Populares vieram de longe, constituindo uma multidão em frente do prédio, para assistir ao espetáculo macabro. Não se instaura um clima de debate, o público não é instado a refletir sobre as causas nem a buscar alternativas. O posicionamento acionado não é crítico e a indignação é muda, metamorfoseada em horror e compaixão.

Frente ao quadro de impotência (das vítimas, das instituições frágeis – a política, a justiça), a mídia ou parte da mídia se arvora em novo agente, tentando influir no rumo das negociações. Falando diretamente com o sequestrador, desenvolvendo argumentos e formas de dissuasão, a mídia ultrapassa seu papel de mediação e se coloca como personagem da história. Esta intervenção traz novos ingrediente à *mise en scène* e reconfigura o lugar do crime, que ganha ares de um novo reality show.

Quanto ao sequestrador, chama a atenção (e deve ser objeto de uma reflexão à parte) seu duplo papel e as diferentes camadas de sentido que revestem seu desempenho e sua performance. Nos atos que executa – o sequestro e depois o assassinato – ele é um criminoso. Mas no espaço e na maneira como a ação se desenrolou, ele se investe também de alguém dotado de visibilidade midiática – uma celebridade (mesmo que passageira). Ao planejar sua intervenção, ele já antevia sua projeção (“amanhã vocês vão falar de mim na televisão”); ao atender ao telefonema de repórteres, conversar com a apresentadora de um programa e mesmo ao falar com a polícia, ele estava sempre se dirigindo a um público maior e atuando frente à audiência televisiva. O que mostra o valor da visibilidade na sociedade contemporânea, imiscuida no bojo das tramas e emoções antes dotadas de natureza e dimensão privadas. Ela ganha valor em si mesma; a exposição pública deixa de ser instrumento para atingir alguma meta (poder, dinheiro, ou mesmo como forma de existir socialmente) e se torna fim em si mesma. O criminoso encerra sua vida com a sua ação; mas é como se, pela dimensão pública que alcançou, essa ação transcendesse sua própria natureza. Ela justificaria, ou ajudaria a justificar, o encerramento (o fim) que o ato mesmo veio promover.

Finalmente, os dois últimos aspectos do processo de individuação do acontecimento, que são a constituição de um problema público e a normalização, vêm de certa forma concluir esta nossa tentativa de leitura do acontecimento.

O CRIME E O TRABALHO DE INDIVIDUAÇÃO...

d) A escolha de um enquadramento no campo das relações e papéis de gênero viria problematizar este caso para além da esfera pessoal dos envolvidos e particularizá-lo dentro do quadro geral da violência urbana no Brasil (e da violência no mundo). Ao optar pelo quadro da violência e crueldade de forma mais ampla, e da personalização do sofrimento, a cobertura midiática mantém o acontecimento no limiar entre problema público e domínios particulares: vivemos num quadro de insegurança geral (problema público), mas as soluções não são achadas coletivamente e as provações são vividas individualmente (esfera do particular e do privado).

e) Assim, a normalização possível é a aceitação do inaceitável – do risco, da fragilidade, da morte.

Discutindo as emoções, P. Livet (2002) vai compreendê-las como resultado de um diferencial entre aquilo que se percebe em uma situação e em um contexto de ação e nossos próprios pensamentos, imaginação, expectativas¹⁹. Quanto maior é este diferencial, maior é a emoção sentida. Ora, nos diz ainda o autor, viver permanentemente sofrendo fortes emoções é intolerável para o ser humano, sobretudo quando se trata de emoções negativas (como o medo, a indignação, a revolta). Frente a esta situação, duas alternativas se colocam: interferir no curso da ação, ou alterar nosso quadro de expectativas e de crenças.

Vivendo o enquadramento de uma violência contra a qual a sociedade e o cidadão se encontram impotentes, a mudança possível se coloca no regime das crenças. Se acostumar com o risco, com a insegurança do cotidiano, mas ao mesmo tempo procurar mantê-los afastados de nós ao máximo possível se torna a única saída. E uma forma de afastar é inseri-los em um outro regime – da realidade midiática, do quase-ficcional. Acompanhar a violência que acontece com o outro, sobretudo o outro da televisão, é uma forma de viver nossa própria quota de medo, de ansiedade de forma mediada, à distância. Assim como podemos dizer que partilhar a dor do outro, a experiência do risco e da morte é uma forma de conviver e exorcizar o horror que nos assola.

Finalizando nossa leitura, e ao perceber o direcionamento (e estreitamento) da cobertura midiática e do enquadramento dado ao acontecimento aqui relatado, não pretendemos estar fazendo uma crítica da mídia. Afastando-nos de uma perspectiva midiacêntrica, não entendemos que essas escolhas foram / são dadas pela mídia como instituição isolada e toda poderosa, que intervém e direciona os rumos da sociedade. A mídia não está em outro lugar senão no seio mesmo da sociedade e sua voz não é outra senão uma voz social. Entendemos que esta cobertura e tais escolhas relatam uma dinâmica e um quadro de valores que predominam hoje no cenário cultural brasileiro. A mídia, certamente, tem um papel grande nisto, mas ela não atua só e não deve responder sozinha por um quadro simbólico do qual somos todos construtores. Esta leitura, portanto, pretende ao mesmo tempo desvelar os procedimentos midiáticos de cobertura de um crime e compreender como, através dessa cobertura e dos enquadramentos produzidos, é a sociedade mesma que evita o enfrentamento de seus problemas e opta por mecanismos de projeção e transferência.

¹⁹ A emoção frente a uma declaração de amor ou o recebimento de um presente desejado vem da nossa incerteza deste amor e da não expectativa do presente. Se eles fossem totalmente previsíveis, isto é, em perfeita sintonia com o que já sabíamos e esperávamos, eles poderiam nos dar satisfação, mas não exatamente nos emocionar. Da mesma maneira podemos ver o surgimento da emoção negativa: a raiva face a uma punição que não julgávamos justa, etc.

VERA V. FRANÇA

Bibliografia

- ANGRIMANI, D. (1994). *Espreme que sai sangue*. São Paulo: Summus.
- BABO-LANÇA, I. (2005). "A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública". *Trajectos*, nº 6. Lisboa: ISCTE / Editorial Notícias, pp. 85-94.
- (2008). *Reprodutibilidade do acontecimento na ordem institucional*. Conferência proferida no I Colóquio em Comunicação e Sociabilidade – Comunicação Midiática: instituições, valores e cultura. Belo Horizonte, GRIS / PPGCOM-UFMG, nov/.
- BARTHES, R. (2002). "Structure du fait divers", in: *Essais critiques*. Paris: Seuil, pp.442-451. (Œuvres Complètes; 2)
- BATESON, G. e RUESCH, J. (1988). *Communication et société*. Paris: Seuil.
- GOFFMAN, E. (1991). *Les cadres de l'expérience*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- LIVET, P. (2002). *Émotions et rationalité morale*. Paris: PUF.
- QUÉRÉ, L. (1995). "L'espace public comme forme et comme événement", in: JOSEPH, I. (org.) *Prendre place. Espace public et culture dramatique*. Colloque de Cerizy / Ed. Recherches.
- (2000). "L'individuation des événements dans le cadre de l'expérience publique". in: BOUDON, P. (org.). *Processus du sens*. Paris: L'Harmattan.
- (2005). "Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento", *Trajectos*, nº 6. Lisboa: ISCTE / Editorial Notícias, pp. 59-75.
- RAMOS, R. (2001). "Roland Barthes: semiologia, mídia e fait divers", *Revista FAMECOS*, nº 14. Porto Alegre, PUC-RGS, pp. 119-127.